

Sarney volta a lutar para que Constituinte lhe dê cinco anos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney ainda crê na preservação do seu mandato de cinco anos. Pelo menos essa foi a impressão que ele causou ao governador do Amazonas, Amazonino Mendes, ferrenho adversário da realização de eleições presidenciais este ano. Amazonino saiu do Palácio do Planalto convencido — embora afirme que o presidente nada lhe disse — de que Sarney vai lutar para permanecer no governo até 1989. "Eu entendo que se o presidente não lutar pelos cinco anos, estará aceitando um casuismo que depois pode atingir outros presidentes", disse o governador.

O governador do Amazonas não explicou que estratégia o presidente teria que adotar para permanecer mais dois anos no governo, mas disse que "é natural que ele use todos os meios lícitos de pressão política, principalmente o diálogo firme". Amazonino acredita que agora Sarney está em condições de exercer plenamente a Presidência da República.

Impressões — "O presidente não tem tido uma Presidência plena. Ele sofreu muitas injunções e pressões políticas. Agora ele está governando de acordo com suas idéias. A prova disso é a nomeação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, um homem que não tem ligações partidárias", disse o governador.

Amazonino repetiu a crítica que tem sido feita aos defensores do mandato de quatro anos, ao pedir que os discursos sejam mais coerentes com a prática política. "Os discursos estão mais ligados a interesses que não são revelados", disse. Ele criticou especificamente o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Na quarta-feira passada, Quércia saiu de um encontro com Sarney dizendo que o presidente está convencido da tendência da

maioria dos constituintes pelo mandato de quatro anos.

"Isso foi uma impressão do governador Quércia. Pela serenidade com que o presidente fala sobre o mandato, o governador teve uma impressão errada. Exatamente o contrário da impressão que eu tive", afirmou.

Em seguida, Amazonino investiu contra o grupo histórico do PMDB, que se reúne hoje em Brasília. Disse que o grupo é elitista e que "a reunião já nasceu contaminada", porque "o anfitrião do PMDB histórico foi o governador Moreira Franco, que teve passagem pelo PDS".



Depois de se afastar do PMDB e insistir, ainda que discretamente, na tese dos cinco anos de mandato, o presidente Sarney entrou ontem pela contramão. Ao deixar o

O governador do Amazonas não concorda com a emenda do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), que propõe a prorrogação dos mandatos dos prefeitos por um ano, para a realização de eleições gerais em 1989. Com isso, os governadores eleitos em 1986 perderiam um ano de mandato: "O povo não gostará dessa prorrogação. As eleições têm que ser realizadas na data marcada. Se fosse para começar uma vida nova, eu até concordaria com eleições gerais, totais este ano. Mas para isso precisaríamos ter uma Constituição que realmente representasse o conjunto da sociedade e não alguns setores", alegou Amazonino Mendes.

Brasília — Luiz Antonio

Planalto, viu que havia manifestantes diante do palácio, e não hesitou em mandar o carro sair pela contramão.

Proposta dá mais 1 ano a prefeito e a vereadores

BRASÍLIA — O deputado Basílio Villani (PMDB-PR) vai apresentar terça-feira emenda prorrogando por um ano os mandatos dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, e estabelecendo mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Ao se declarar "totalmente contrário à realização de qualquer tipo de eleição neste ano", ele diz que a legislação complementar à nova Constituição e as constituições estaduais não serão elaboradas a tempo de se fazerem eleições municipais.

Villani, que assumiu há dois dias a coordenação da coleta de assinaturas para as emendas substitutivas do *Centrão*, acumula essa função com a de coordenador da coleta de assinaturas para a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), estabelecendo cinco anos de mandato para Sarney, que, segundo ele, já tem 243 assinaturas. O deputado diz que tem armazenado no computador do *Centrão* a relação de 326 deputados que deverão votar a favor dos cinco anos, incluindo 11 que se declaram publicamente a favor dos quatro.

Das 382 emendas já apresentadas ao plenário da Constituinte, seis pedem plebiscito para definição do sistema de governo e duas propõem a realização de eleições presidenciais diretas este ano, com a posse do sucessor do presidente José Sarney a 1º de janeiro de 1989. Os deputados Rospide Netto (PMDB-RS) e José Santana Vasconcelos (PFL-MG) desejam eleições em 15 de novembro, o segundo também para governadores, prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, e senadores.

Querem que o eleitor decida entre presidencialismo e parlamentarismo os deputados José Santana Vasconcelos, Cunha Bueno, Lúcio Alcântara, Alexandre Puzyna, Mário Assad e Michel Temer.

Deputado propõe emenda que prorroga mandatos

BRASÍLIA — Furioso com a especulação de que prepara uma emenda com o patrocínio do Palácio do Planalto para fixar em cinco anos o mandato do presidente Sarney, o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) disse ontem que, há muito tempo, seu relacionamento com o governo "não tem sido fácil". O dia inteiro ele recebeu telefonemas contrários à sua emenda e alguns prefeitos chegaram a protestar contra a idéia de prorrogação dos próprios mandatos. Ao final, Heráclito explicou o seguinte:

"Esta emenda não está negociada nem com o Sarney, nem contra o Sarney. Não fiz qualquer acordo com o Palácio do Planalto e deixei claro que de duas pessoas não aceito nem opinião — do senhor Saulo Ramos e do senhor Miguel Reale (assessor de Ulysses Guimarães)." Em tom irônico, Heráclito disse que esses dois bacharéis tiveram oportunidade de se eleger constituintes em 1986 e, se não o fizeram, não têm o direito agora de patrocinar emendas ao projeto de Constituição. Ele disse ainda que há muito tempo não vai ao Palácio do Planalto e que, portanto, o presidente Sarney não sabia da sua emenda.

Apesar de afastar sua proposta de influências palacianas, Heráclito não conseguiu evitar as simpatias que ela suscita no governo. Ao prever eleições para 7 de setembro de 1989, ele prorroga em dez meses os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, e antecipa também em 10 meses a sucessão dos governadores, deputados federais e estaduais, além de senadores, o que só ocorreria em 1990. E, mais importante: ele fixa em cinco anos o mandato do presidente da República.

Sua emenda dá também uma colher de chá aos senadores cujos mandatos só terminam em 1995: eles poderão se candidatar no próximo ano com a chance de se reeleger com 30% dos votos com que foram sufragados em 1986. E todos, à exceção dos atuais prefeitos, teriam direito a disputar a reeleição, inclusive o presidente da República. Mas sempre negando que sua emenda seja de interesse do Palácio do Planalto, Heráclito invoca um exemplo prático para dizer que não está aliado ao governo: no início do governo Sarney, ele tinha direito a quatro nomeações nos escalões burocráticos, mas hoje só mantém um desses cargos — o de diretor de aplicações da Caixa Econômica Federal, ocupado por seu irmão Jayme Fortes.

Sempre inflamado, Heráclito explicou por fim os motivos que o moveram a apresentar a emenda: "Essa emenda devolve ao povo o destino de cada um de nós. No próximo ano, o eleitorado vai dizer se ainda nos deseja exercendo o Poder Legislativo." Na opinião do parlamentar, sua proposta servirá ao menos para mostrar à população que os constituintes estão fazendo alguma coisa. "Depois de um ano de trabalho, ainda não apresentamos nada. É preciso apresentar alguma coisa de concreto agora."



Heráclito

Heráclito Fortes Um articulador irônico e muito bem relacionado

O deputado Heráclito Fortes tem destaque dentro da chamada cúpula do PMDB não só em função de sua relação pessoal com o deputado Ulysses Guimarães, mas também pelo fato de ser também um elo de ligação entre os parlamentares independentes (desvinculados do *Centrão* e dos históricos com o comando partidário). É através dele, por exemplo, que Ulysses fica sabendo quem são os que se sentem marginalizados e são convocados para encontros sociais.

Essa capacidade de articulação, inclusive, o credenciou como um dos principais conselheiros do então senador Tarso de Castro Neves, que o tirou da Arena para levá-lo ao PP, partido que estava fundando. Apesar de sua intensa participação político-partidária, Heráclito, que já convivía com o Congresso na condição de assessor parlamentar do Ministério da Educação, só conseguiu sentar-se na cadeira de deputado federal em novembro de 82, quando, como primeiro suplente da bancada do PMDB do Piauí, assumiu a vaga de Pinheiro Machado.

Heráclito Fortes, na época em que não tinha mandato, conseguiu a proeza de ser assessor do general Rubem Ludwig, no Mec, fazendo política na oposição. Só deixou a função quando seu chefe foi deslocado para o gabinete militar de governo do presidente Figueiredo. De comportamento extremamente irônico — é o único amigo a quem Ulysses permite brincadeiras — Heráclito costuma comparar os momentos e personalidades políticas a fatos da atualidade.

Presidente vai usar ministros na articulação

Villas-Bôas Corrêa

O presidente José Sarney não vai se expor na articulação de cinco anos de mandato. Mas se curvará a uma decisão da Constituinte — assim um ministro, que participou da reunião de anteontem à noite no Palácio do Alvorada, resume a linha tática fixada em horas de um profundo e amplo exame do quadro político.

Se o presidente não pretende assumir posição ostensiva, está previsto o enquadramento do governo, inclusive com a consequência extrema da demissão de ministros, — dois ou três — que não se ajustam a uma orquestrada jogada oficiosa.

A avaliação do balanço é, segundo a mesma fonte ministerial — de um exuberante otimismo. Os cinco anos de mandato para Sarney, com eleições em 89, partem em posição considerada majoritária, de ampla superioridade, desmentindo-se as impressões dos que apontam uma vigorosa inclinação da Constituinte pelos quatro anos. Pelos dados do governo, levantados pelos serviços da Casa, 300 a 310 votos em 559 pelos cinco anos são considerados certos. A listagem alinha nomes, mantidos em sigilo.

Não assusta o argumento de uma clara pressão popular pelos quatro anos. Os índices do Ibope, que o governo exhibe, indicam que 82% dos consultados são favoráveis a eleições já mas para todos os cargos, do presi-

dente da República a governadores, prefeitos e parlamentares. Portanto, pela lógica dos defensores de cinco anos, tanto é legítimo o mandato do presidente Sarney como de qualquer outro detentor de mandato. Colocação que explica a posição do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, em favor de eleições gerais em 88.

Articulação — Poucado o presidente Sarney, a articulação, estimulada pelo governo, mobiliza uma rede de ministros mais ligados ao presidente, como Costa Couto, do Gabinete Civil, Prisco Viana, da Habitação; Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, e parlamentares conhecidos, como o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna e o líder do PFL, deputado José Lourenço.

A articulação é urgente, pois que se espera a definição da Constituinte a curto prazo.

Um lance de peso que está em curso é a mobilização da maioria dos governadores em pronunciamento em favor dos cinco anos. Nesse sentido, tem sido decisiva a participação do governador Newton Cardoso, de Minas, pronto, na avaliação do Planalto, a se expor na defesa pública do interesse político do governo a liderar uma reunião de governadores.

Pelo cálculo do governo, apenas não se renderão aos cinco anos, ficando com a defesa dos quatro anos de mandato, os governadores Moreira Franco, do Rio de Janeiro, Miguel Arraes, de Pernambuco, Waldyr Pires, da Bahia, Fernando Collor de Melo, de Alagoas, e Carlos Bezerra, do Mato Grosso do Sul. Além dos governadores definidos, há outros duvidosos mas que podem ser cooperados.

Centrão tira direitos dos trabalhadores

Não fica pedra sobre pedra. A emenda do *Centrão* ao projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização da Constituinte exorciza qualquer vestígio do que ali poderia ser apontado como um passo à esquerda — em muitos casos, a uma tímida meia-esquerda. "Era o que eu esperava", limitou-se a observar o senador Marco Maciel, presidente do PFL, antes mesmo de uma leitura detalhada das 138 páginas da alentada emenda.

"É, parece que a emenda se inclinou demasiadamente para a direita", admitiu, cuidadoso, em uma mesa do restaurante Florentino, em Brasília, um *lobista* do setor de construção civil. "Não acho que a emenda pendeu para a direita. Acho que está grande demais, confusa e não consertou muitos dos defeitos do projeto de Constituição", acusou o deputado Gilson Machado (PFL-PE), um dos líderes do próprio *Centrão*. "Não gostei".

As primeiras 16 páginas da emenda, com um total de 18 artigos, correspondem ao que o *Centrão* quer mudar ou manter nos dois títulos iniciais do projeto de Constituição: "Dos Princípios Fundamentais" e "Dos Direitos e Garantias Fundamentais".

Qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais, que no projeto de Constituição seria punida como "crime inafiançável", na emenda do *Centrão* será, simplesmente, punida pela lei.

A emenda acrescenta "o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo" ao rol dos delitos considerados "inafiançáveis". No projeto de Constituição, somente a tortura era

considerada assim. Em compensação, a emenda não declara tais crimes "imprescritíveis", como ocorre com a tortura no projeto.

A pena de morte é instituída pela emenda do *Centrão* em caso de "guerra declarada" — o que satisfaz a área militar do governo, que tentou, sem sucesso, incluí-la no projeto de Constituição.

Salvo em flagrante delito, o projeto de Constituição prevê que uma pessoa só poderá ser presa "por ordem escrita e fundamentada" da autoridade judiciária competente. A emenda elimina a exigência da "ordem escrita e fundamentada" — o que alarga o espaço para o exercício do arbítrio.

Pela emenda, as presidiárias perdem as condições "para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação", que lhes estão asseguradas no projeto votado na Comissão de Sistematização.

O condenado por erro judiciário, assim como o sentenciado que ficar preso além do tempo indicado na sentença, podem, de acordo com o projeto de Constituição, entrar na Justiça com ação civil e penal "contra a autoridade responsável". A emenda lhes retira esse direito.

A censura a formas de expressão "da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação" é admitida pela emenda do *Centrão*.

A indenização em dinheiro, que não consta do projeto de Constituição, é exigência estabelecida pela emenda para desapropriação de qualquer área — o que dificultará, caso vingue, a execução de qualquer plano de reforma agrária.

A emenda do *Centrão* mantém o *habeas-data* — instrumento que, segundo o projeto de Constituição, visa a "assegurar ao brasileiro" o conhecimento de informações "relativas à sua pessoa, pertencentes a registros de bancos de dados de entidades particulares, públicas ou de caráter oficial". Só que a emenda retira do alcance do *habeas-data* os bancos de dados de entidades particulares e as "informações cujo sigilo seja indispensável à segurança da sociedade ou do Estado".

Os trabalhadores rurais, que no projeto de Constituição ganham os mesmos direitos concedidos aos trabalhadores urbanos, perdem esses direitos na emenda oferecida pelo *Centrão*.

O projeto de Constituição garante ao trabalhador "a irredutibilidade de salário ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo". A emenda garante a irredutibilidade, apenas, do salário, deixando de fora tudo que mais se ganhe — gratificações por cargo de confiança, horas-extras e adicional de insalubridade, por exemplo.

A participação do trabalhador na gestão da empresa, prevista no projeto de Constituição, é admitida na emenda do *Centrão* só "excepcionalmente".

Desapareceu na emenda o limite máximo de seis horas "para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento", determinado no projeto de Constituição.

A remuneração do serviço extraordinário deve ser superior em 50% à remuneração do serviço normal, segundo a emenda. Deve ser o dobro da remuneração do serviço normal, segundo o projeto.

A emenda mantém a licença de 120 dias para a gestante aprovada na Comissão de Sistematização. Com uma diferença: enquanto no projeto de Constituição a licença deve ter "uma duração mínima de 120 dias", na emenda ela não pode exceder ao limite de 120 dias.

O direito à greve, quase que absoluto no projeto de Constituição, é estreitamente limitado pela emenda do *Centrão*, que, praticamente, mantém a respeito o mesmo entendimento que prevalece na atual Constituição.

A porta aberta pelo projeto de Constituição para que os menores a partir de 16 anos de idade possam votar, se quiserem, foi fechada na emenda do *Centrão*.

O projeto de Constituição obriga os partidos políticos a prestarem contas junto ao Tribunal de Contas da União — muito mais aparelhado e eficiente que a Justiça Eleitoral para recolhê-las e analisá-las. A emenda indica a Justiça Eleitoral como o foro competente para isso.

Ricardo Noblat